



CONTRATO Nº/2022.

PAD nº 8133/2021

MINUTA

Anexo II CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e.....

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede em Curitiba-PR, na Rua João Parolin, 224, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, pelo presente instrumento, regido pela Lei 8.666, de 21.06.93 e legislações pertinentes, protocolado neste Tribunal sob nº 8133/2021, elaborado de acordo com Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2022, com o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº/20...., e com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei nº 8666/93, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e,

(adequar conforme o credenciado)

(Para pessoa jurídica):, com sede/endereço em Cidade/UF, na nº, bairro, CEP:, telefone (...), inscrito no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o que segue:

(Para pessoa física):(nome profissional/empresa)....., com especialidade em Assistência Social, inscrito (a) no CNPJ/CPF n.º, estabelecido (a) na cidade de - ... na(endereço).....,(nº),(complemento)....., CEP –, telefone (...)-....., e-mail, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de **pessoa física ou jurídica** para a prestação de serviço técnico-profissional especializado de **Assistente Social**, através de credenciamento, para auxiliar nas **avaliações biopsicossociais** realizadas por este Tribunal, e demais perícias que a legislação exija a presença de tal profissional.

1.2 – A prestação do serviço, objeto deste Contrato, ocorrerá nas dependências do Contratante, no endereço da Sede em Curitiba/PR, situada na Rua João Parolin nº 224, junto

à Seção de Atenção à Saúde, contato: Pérside Priscila Mittmann, email: saude@tre-pr.jus.br, telefone: (41) 3330-8491.

1.3 - O presente contrato não gera qualquer tipo de vínculo empregatício.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS SERVIÇOS PRESTADOS

2.1 - Da quantidade estimada¹: estima-se que serão contratadas 54 (cinquenta e quatro) horas técnicas de prestação de serviços, conforme abaixo:

a) quantidade estimada de servidores a serem avaliados: 27 (vinte e sete);

b) tempo médio de avaliação: até 2 (duas) horas.

2.2 – O profissional que prestar o serviço deverá:

2.2.1 - Possuir formação de Assistente Social² e estar inscrito no respectivo Conselho, em dia com suas contribuições, conforme regulamento próprio da categoria.

2.2.2 - Conhecer e estar apto a realizar a avaliação funcional, no que for de sua competência, conforme instrumento oficial destinado à avaliação de deficientes e definição de grau de deficiência, detalhado no item 2.6 (IFBr-A).

2.3 - Todos os documentos que contenham prazo de validade deverão estar em plena vigência. Para aqueles documentos sem data de vencimento, sua validade será de 90 (noventa) dias, contados da sua expedição.

2.3.1 - Os documentos que puderem ser tirados pela internet, dispensam o reconhecimento de firma.

2.4 - As avaliações funcionais da deficiência serão realizadas em data e horário previamente estabelecidos, após solicitação formal do TRE, na Seção de Atenção à Saúde deste Tribunal, na Rua João Parolin, 224, Curitiba, PR.

2.5 - As avaliações tem a finalidade de contribuir para a definição do grau de deficiência dos periciados em leve, moderado ou grave, a partir da utilização do instrumento avaliativo denominado IFBr-A – Índice de Funcionalidade Brasileiro aplicado à Aposentadoria, aprovado pela Portaria Interministerial n. 1, de 27/01/2014, e compreende avaliação biopsicossocial realizada por avaliação funcional, pelo Assistente Social, e por perícia médica.

2.6 - O IFBr-A é composto de:

- a) Identificação da Avaliação
- b) Identificação e caracterização do avaliado;
 - b.1) Dados pessoais;
 - b.2) Diagnóstico médico
 - b.3) Tipo de impedimento (auditivo, intelectual/cognitivo, visual, físico, mental);
 - b.4) Data de início do impedimento;
- c) Funções corporais acometidas (médico);
- d) Matriz de atividades;
- e) Modelo linguístico Fuzzy.

¹ O quantitativo pode sofrer alteração em virtude da possibilidade de nomeação de novos servidores. A quantidade estimada se trata da necessidade total prevista para o ano, sendo que se houver mais de um credenciado, os serviços serão distribuídos entre eles, conforme itens 3.4 e 5.6 do edital.

² O profissional (contratado, se Pessoa Física ou alocado, se Pessoa Jurídica) poderá ter somente graduação, ou especialização, ou mestrado ou doutorado, desde que apresente a comprovação exigida no item 3.3.e

2.7 - Após a aplicação do instrumento avaliativo, o grau de deficiência será atribuído com base na pontuação final do avaliado, considerando a avaliação funcional e a perícia médica.

2.8 - As avaliações deverão ser encaminhadas à Seção de Atenção à Saúde através do email: saúde@tre-pr.jus.br ou entregues pessoalmente junto àquela unidade de saúde no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar do exame, devendo o profissional responsabilizar-se pelos documentos por ele emitido.

2.9 - O TRE/PR encaminhará ao perito convocação para prestação do serviço com antecedência mínima de 10 (dez) dias, indicando 03 (três) datas e horários possíveis para realização da perícia. O especialista convocado deverá dar retorno por escrito no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da convocação do gestor (Seção de Atenção à Saúde), confirmando a data e horário.

2.9.1 - Caso o profissional convocado não tenha disponibilidade nos dias e horários indicados pela Contratante, poderá ser feito o chamamento do próximo credenciado habilitado.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - Executar o serviço, objeto do presente contrato, responsabilizando-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços a serem prestados.

3.2 - Guardar inteiro sigilo dos serviços sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, sendo vedada qualquer prática de publicidade não autorizada, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

3.2.1 – Entregar, no primeiro dia da prestação do serviço, o Termo de Sigilo e Responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo III.

3.3 - No caso de contratação de Pessoa Jurídica, no momento da prestação do serviço, deverá ser apresentada, ao gestor da contratação, a documentação abaixo, do profissional alocado para a prestação do serviço:

- a) Diploma de graduação (e pós/doutorado se houver)
- b) Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física (RG e CPF);
- c) Inscrição junto ao Conselho Regional de Serviço Social no Paraná – CRESS-PR;
- d) *Curriculum Vitae*.
- e) Comprovação de experiência na realização de avaliação funcional para definição de grau de deficiência.

3.3.1 - A experiência exigida na letra “e” do item 3.3 poderá ser comprovada mediante comprovação de participação em curso de capacitação para esta finalidade ou declaração da entidade de classe ou de empresa pública ou privada para a qual tenha prestado este tipo de serviço

3.4 - Prestar serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando-se as recomendações de boa técnica, normas e legislação.

3.5 - Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados.

3.6 - Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.

3.7 - Apresentar Nota Fiscal ou Recibo de Profissional Autônomo - RPA, para o pagamento dos serviços prestados, de acordo com a tabela dos honorários vigente.

3.8 - Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.

3.9 - Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao serviço prestado.

3.10 - Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga a atender.

3.11 - Cumprir com pontualidade as atividades e não se ausentar injustificadamente antes de seu término.

3.12 - Observar o cumprimento das normas previstas na Lei de regulamentação da profissão e no Código de Ética Profissional.

3.13 - Responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo que, por dolo ou culpa, venha a causar a terceiro ou ao Contratante, devendo ser descontado o valor correspondente no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, observada a defesa prévia.

3.15 - Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

3.16 - Cumprir as normas e regulamentos internos do Contratante, sem que isso gere qualquer vínculo empregatício entre o profissional Contratado e o Contratante.

3.17 - Comunicar ao TRE-PR, com antecedência razoável, por escrito, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto na ordem de serviços, que serão objeto de apreciação pelo Contratante.

3.18 - É vedada a prestação dos serviços para profissionais que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

8.18.1 - A Declaração de inexistência de nepotismo (**Anexo IV**) deverá ser entregue no primeiro dia da prestação do serviço ao gestor da contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho Resumido:

Nota de Empenho:

Elemento de despesa:

Categoria Econômica: custeio;

Código Siasg: 23124 (Serviço).

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

5.1 - O preço da **hora técnica** será reajustado a cada 12 (doze) meses, **conforme divulgado pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), no mês de setembro de cada ano,**

pelo índice IPCA-IBGE (Índice de preços do Consumidor Amplo), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1 - A contratação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura, de a, podendo ser prorrogado ou rescindido antecipadamente, a critério do Contratante, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A prestação dos serviços será acompanhado pela Seção de Atenção à Saúde.

7.2 - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, §§ 1º e 2º, caberá ao Gestor:

7.2.1 - Acompanhar o serviço de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

7.2.2 - Atestar a execução do serviço objeto da contratação;

7.2.3 - Receber e atestar a nota fiscal ou outro documento hábil para pagamento referente ao serviço, encaminhando o documento pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE, para verificação de retenções tributárias e pagamento.

7.2.4 - Observar para que durante toda a vigência do contrato seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação exigidas para o credenciamento.

7.2.5 - Comunicar à Contratada, via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

7.2.6 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Administração, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela Contratada.

7.2.7 - Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do contrato a ser firmado, ressalvado os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos.

7.3 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor dos serviços da Contratada.

7.4 - Realizar a convocação dos servidores a serem avaliados para comparecimento no local e data de realização da avaliação.

7.5 - Ao Gestor caberá enviar, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na Cláusula pertinente a reajuste, submetendo à apreciação da Seção de Cálculos Contratuais e Apoio à Terceirização – SCCAT, para análise e aplicação do índice indicado no contrato. Após encaminhará os autos aos demais setores competentes, será apostilado pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1 – O Contratante pagará à Contratada, para o período de 12 (doze) meses, para a estimativa de 54 (cinquenta e quatro) horas técnicas, ao valor unitário da hora técnica de **R\$** (.....)³, totalizando o valor estimado de **R\$** (.....),

8.1.1 – O valor total do contrato é meramente estimativo, sendo o pagamento realizado de acordo com a quantidade de horas técnicas efetivamente executadas.

8.2 – Se a contratação recair em Pessoa Física, o valor da hora técnica acima será tributada em 20%(vinte por cento) referente ao INSS patronal.

8.3 - Todos os tributos, encargos sociais, ônus trabalhistas e previdenciários ou outro de quaisquer naturezas **estão inclusos neste preço**, não cabendo ao profissional nada mais pleitear a este Tribunal, posto que tal preço será considerado líquido e certo, após concluídas as avaliações de acordo com os termos deste contrato.

8.4 – Do documento fiscal:

8.4.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, ou recibo, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

8.4.2 – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

8.5 - Caso a Contratada não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (licitante vencedora e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da Contratada
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria Contratada)

8.6 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento, e sendo necessário, proceda a conferência das certidões exigidas.

8.7 – Das condições do pagamento:

8.7.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com os serviços prestados durante o mês, após o atestado pelo gestor do contrato, designado para esta finalidade, à

³ Conforme a Tabela de Honorários válida a partir de setembro/2020 – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. (Resolução CFESS N° 418/2001, alterada pela Resolução CFESS N° 467, de 17 de março de 2005).

conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

8.7.2 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da Contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.7.3 – Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela Contratada: até o 5º (quinto) dia do mês seguinte a prestação dos serviços/fornecimento.

8.7.4- Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

8.7.5 - O prazo para pagamento será de 05 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

8.7.6 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7.7 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 10.3

8.7.8 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

8.7.9 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

8.7.10 – DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da Contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.8 – Da regularidade fiscal:

8.8.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da Contratada em vigor na data do pagamento.

8.8.1.1 – A Contratada inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.8.1.1.1– Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

8.8.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta *on-line* no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela Contratada, anexada ao documento fiscal.

8.8.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

8.8.3- Caso o Credenciado esteja inadimplente quanto à documentação habilitatória, conferida pelo Contratante para cada pagamento, estará sujeito à abertura de processo administrativo pelo Gestor do Contrato, visando regularizar a documentação sob pena de ser aplicada a sanção de Advertência. Persistindo a situação de irregularidade fiscal, poderá ocorrer rescisão unilateral da contratação.

CLÁUSULA NONA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

9.1 – Da substituição tributária:

9.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação e a natureza jurídica da Contratada.

9.2 – Dos tributos federais:

9.2.1 – Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

9.2.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

9.2.3 – A nota fiscal, cuja empresa Contratada seja optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 – Anexo IV.

9.3 – Da retenção previdenciária:

9.3.1 – Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

9.3.2 – No caso de contratação de pessoa física, o valor a ser pago, por perícia realizada, inclui o valor do INSS patronal (20%).

9.4 – Da retenção do ISS:

9.4.1 – Sobre serviços poderá ocorrer a retenção do ISS quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

9.4.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

9.5 – Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções ou descredenciamento, de acordo com o capítulo IV da Lei 8666/93:

a) Advertência.

b) 1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da hora técnica, em razão das seguintes condutas: não comparecimento na data e horas marcadas; ou recusa, injustificada, de atendimento nas datas informadas pelo TRE; ou não apresentação da avaliação no prazo estabelecido;

2. Multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor da respectiva hora técnica, no caso de inadimplemento das demais obrigações previstas na Cláusula Terceira;

3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa na prestação dos serviços contratados, pela cessação na prestação dos serviços, ou em razão do inadimplemento total do contrato.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo superior a 2 (dois) anos, de acordo com a natureza da falta.

d) Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda⁴ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10.3 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

⁴ Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficarão o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados no art. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

11.2 - Será também causa de rescisão se a Contratada alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), nos termos do Anexo IV – Declaração de Inexistência de Nepotismo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PROTEÇÃO, COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

12.1 – É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2 – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual, conforme Anexo III – Termo de Sigilo e Responsabilidade.

12.3 – As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

12.4 – Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Contratante, para a execução do serviço objeto deste contrato terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação.

12.5 – A Contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo Contratante.

12.6 – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02(duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, ... de de 2022.

.....
Representante Legal
P/ Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral do TRE/PR
P/ Contratante